



PRIMEIRO MINISTRO

- 20-B -

A correcta gestão financeira do Estado tem constituído uma preocupação permanente do Governo. As responsabilidades cometidas ao Estado, quer de carácter político, quer de ordem social ou económica, exigem um financiamento crescente e oportuno o que, infelizmente, nem sempre é fácil.

Por isso, e desde sempre, tentámos imprimir à gestão dos recursos públicos rigôr moral e técnico. Moral, porque o programa político e o projecto de desenvolvimento nacional são tão ambiciosos que, face à exiguidade dos recursos disponíveis, têm que ser geridos na base de desprendimento material dos responsáveis e dos quadros, aliado a um elevado sentido de serviço público. Obviamente, estamos conscientes de que o Estado não pode retribuir monetariamente o trabalho dos seus servidores se usarmos como medida os padrões internacionais médios ou, mesmo, o das necessidades sociais gerais. Sem descurar a importância do elemento material, a motivação tem que se basear fundamentalmente no desejo de bem servir, no sentido de Nação e no orgulho de participar activa e conscientemente na edificação de um Estado viável para os caboverdianos. Essa motivação moral também se justifica pelo facto de o estado de subdesenvolvimento do nosso país não se coadunar com ostentação de natureza alguma.

Tentámos, gradualmente, melhorar o comportamento tecni-

.../



co do aparelho que gere as Finanças Públicas.

Nesse sentido, tem sido feito um grande esforço para melhorar a organização dessas estruturas, equipá-las convenientemente e dotá-las de normas modernas de funcionamento.

Apesar das dificuldades enfrentadas, podemos dizer que foram satisfatórios os resultados da gestão financeira do ano transacto. Reduzimos o déficit orçamental a um quinto da previsão inicial; as receitas foram maiores que a previsão, em parte devido à melhoria da gestão, nomeadamente, no que toca à cobrança.

Conseguimos uma melhor repartição das despesas públicas entre os sectores de soberania, social e produtivo. O sector produtivo absorveu 42% das despesas totais, o que, sem descurar o social, que abrangeu 24% das despesas, ilustra a prioridade conferida ao sector produtivo, mesmo na realização de despesas de funcionamento.

Até agora, grande parte do financiamento de investimento público provém do exterior. Esse financiamento é constituído, na maioria, de donativos, mas o Estado teve que recorrer ao crédito para a realização de certos projectos, nomeadamente os de carácter produtivo. O reembolso desses empréstimos começa a assumir um peso considerável na gestão dos recursos públicos, o que, sem ser alarmante, não deixa de constituir um elemento com que se tem de contar. Aliás, como vem referido nos documentos do Plano, constitui preocupação do Governo salvaguardar os grandes equilíbrios financeiros e macro-económicos em geral. Pensamos que é um cuidado que



PRIMEIRO MINISTRO

-22-

importa manter. Nem o ritmo do nosso desenvolvimento nem os compromissos que o Estado consinta devem romper tais equilíbrios, sob pena de nos termos de submeter a medidas correctivas impostas do exterior, como tantos outros países em desenvolvimento.

Por isso, o Governo, considerando ainda as dificuldades de rentabilização imediata de alguns dos investimentos feitos, decidiu atribuir uma atenção particular à problemática do endividamento público.

Outra vertente importante do financiamento do processo de desenvolvimento é o Banco de Cabo Verde. No ano transacto, o BCV concedeu um montante global de empréstimos de 4 milhões de contos, beneficiando sobretudo a indústria e o comércio. Prossegue-se, nessa área também, uma política de gestão cautelosa, nomeadamente no domínio do crédito.

Por razões diversas, não nos será possível apresentar neste momento o balanço da realização do programa de investimentos do ano de 1986. Contamos tê-lo pronto dentro de dois meses e reme tê-lo-emos à ANP nessa altura. Propomo-nos, todavia, resumir agora alguns aspectos da execução dos programas de alguns sectores e tecer comentários sobre o desempenho global da Administração no ano de 1986.

.../



PRIMEIRO MINISTRO

-24-

Nas Obras Públicas, investiu-se o montante de 595.841 contos, envolvendo 5.360 trabalhadores em média mensal.

No sector de Administração Local, Urbanismo e Habitação, realizou-se 74% do investimento previsto, cujo montante orçava 426.243 contos. Criaram-se ou mantiveram-se cerca de 1.200 postos de trabalho.

No domínio dos Transportes e Comunicações deve-se sublinhar o início das obras de modernização e equipamento do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, a aquisição diversos equipamentos de apoio à navegação e portos, a encomenda de dois ferry boats e a melhoria da rede de comunicações telefónicas.

Nos sectores sociais o Governo prosseguiu esforços visando a cobertura global do país em cuidados de saúde e protecção social e o alargamento do programa de facilidades de acesso à educação. Não obstante os sectores responsáveis se terem concentrado sobretudo na organização interna, como condição indispensável para responderem cabalmente às exigências do II Plano, registaram-se resultados satisfatórios na realização do seu programa.

A situação das empresas públicas, à luz dos dados provisórios disponíveis com relação a 1986 acusa de modo geral uma clara melhoria sobre os anos anteriores. Tal facto é certamente o resultado dos esforços que vêm sendo empreendidos no sentido de introduzir melhorias na organização interna e na gestão, e nalguns casos, da implantação de programas de saneamento económico-financeiro.

A realização do programa de desenvolvimento do país não é incumbência exclusiva da Administração. Ela cabe também à sociedade que, com apoio dos poderes públicos, vem assumindo paulatinamente o seu papel no processo.

.../



A iniciativa privada conheceu um incremento significativo não só nos sectores tradicionais como o comércio e a agricultura, mas também em sectores novos e importantes para o futuro do país como a indústria e os serviços. É assim que, em 1986, registaram-se 52 pedidos de licenciamento industrial contra 28 em 1984. Dispõe-se actualmente de uma carteira de algumas dezenas de projectos de iniciativa privada em fases diferentes de maturação e distribuídos por diversas actividades.

Ainda neste âmbito, realizaram-se contactos promissores com empresas estrangeiras, sendo grande a sua disponibilidade para investir em Cabo Verde nas mais diversas áreas. Está já em carteira um número razoável de propostas.

A cooperação com empresas estrangeiras é um caminho que o país tem necessariamente de percorrer para ampliar as possibilidades nacionais de desenvolvimento, pelo que se torna indispensável remover os constrangimentos, criar instrumentos de apoio e orientação, bem como legislação de enquadramento. As organizações sociais e de massas foram também parceiros importantes da Administração no cumprimento do programa de desenvolvimento económico e social, quer contribuindo para a realização dos programas nacionais, quer através de iniciativas próprias.

O movimento cooperativo, por sua vez, registou avanços importantes, tendo-se alargado a áreas até agora pouco exploradas, como as da habitação e de crédito e poupança e começado a organizar-se em uniões locais e regionais.